



PROGRAMA JUSTIÇA ECONÔMICA

DIREITOS SOCIAIS PARA SUPERAR A CRISE



2
CADERNO DE FORMAÇÃO

Pastorais Sociais/CNBB
Grito dos Excluídos/as Continental
Comissão Brasileira Justiça e Paz
Rede Jubileu Sul Brasil
CAFOD

Expediente

DIREITOS SOCIAIS PARA SUPERAR A CRISE

Caderno de Formação - 2

Publicação

Programa Justiça Econômica - Dívida e Direitos Sociais

Grito dos Excluídos/as Continental, Pastorais Sociais/CNBB,
Comissão Brasileira Justiça e Paz, Rede Jubileu Sul Brasil e CAFOD

Assessoria

Guilherme Delgado

Texto

Ivo Poletto

Com colaboração de Luiz Bassegio e Bernard Lestienne

Projeto Gráfico e Diagramação

Luciane Udovoc Bassegio

Ilustrações

Clip-arts office

Gráfica

Unisind (11) 3806-0424

Apoio

CAFOD e Fundo Nacional de Solidariedade - CNBB/Cáritas

Índice

APRESENTAÇÃO	05
I. CRISE FINANCEIRA OU DA CIVILIZAÇÃO CAPITALISTA?	07
1.1 Muitas crises, ou muitos sinais de uma só?	07
1.2 Quem vai pagar a conta?	11
II. AS AMEAÇAS AOS DIREITOS SOCIAIS NO BRASIL	17
2.1 Enfrentamento conservador da crise	17
2.2 Riscos para os direitos sociais	19
2.3 Reforma Agrária: avanços ou recuos?	21
2.4 Promovidos ao direito à miséria?	22
III. DIREITOS SOCIAIS NO PROJETO POPULAR DE BRASIL	24
3.1 Direito de decidir	28
3.2 A vida no centro de tudo	29
3.3 Direito à Assistência e à Previdência	30
3.4 Direito à Segurança	31
3.5 Direito de nascer e de ser criança e jovem	43

Apresentação

O Programa Justiça Econômica – Dívidas e Direitos Sociais, uma parceria entre as entidades Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP), as Pastorais Sociais da CNBB, o Grito dos Excluídos/ as Continental e a Rede Jubileu Sul/Brasil, com CAFOD - entidade da Igreja Católica da Inglaterra de apoio ao desenvolvimento social no mundo, leva adiante um projeto denominado Dívida e Direitos Sociais. Temos juntos trabalhado no sentido de garantir, ampliar e universalizar os direitos sociais no Brasil, sempre ameaçados por políticas, projetos e reformas constitucionais conservadoras que visam tirar direitos básicos da população brasileira.

Para isto procuramos apoiar e promover iniciativas de formação e informação para desenvolver uma consciência e prática popular de “Defesa de Direitos”. Também estamos atentos e incorporados em ações que acompanham e pressionam o Parlamento Federal para que reformas conservadoras não sejam aprovadas.

Foi assim quando da proposta da Reforma da Previdência Social que, com o falso argumento de que a Previdência era deficitária, propunha um desmonte dos recursos destinados a Seguridade Social. A sociedade civil organizada barrou a reforma.

Mas o perigo voltou novamente com a proposta de Reforma Tributária apresentada pelo governo federal. Ela não corrige a injusta estrutura tributária brasileira e ainda representa, mais uma vez, uma ameaça ao financiamento da Seguridade Social e da Educação Pública, cujas contribuições serão transformadas em impostos, acabando assim com a garantia constitucional de destinação específica das receitas arrecadadas para essas finalidades. Se faltarem recursos a alternativa será sempre o corte de direitos. Isto não podemos e não vamos aceitar!

Esta cartilha analisa a atual crise que vivemos e como ela ameaça os direitos sociais. Também aponta para um novo projeto popular para o Brasil que garanta os direitos fundamentais básicos previstos na Constituição Brasileira: o direito à vida com dignidade. Com segurança, assistência, saúde etc.

Oxalá este seja um instrumento eficiente para os grupos estudarem, debaterem os problemas, fortalecer e ampliar a luta pela manutenção, ampliação e universalização dos direitos sociais.

Utilize a cartilha para promover encontros nas comunidades, associações, escolas, sindicatos. E, se precisarem, convide alguém do Programa Justiça Econômica para assessorar o encontro. Estamos à disposição para ajudar na animação das atividades.

São Paulo, 11 de maio de 2009.

I. Crise Financeira ou da Civilização Capitalista?

1.1 Muitas crises, ou muitos sinais de uma só?



- Ando cansada de ouvir falar de crise. E dizem que é crise financeira capitalista, mas como é que gente ou país que tem trilhões de dólares para distribuir pode estar em crise? Acho que estão gozando ou enganando a gente.

Esse comentário de Dona Maria pegou o grupo de surpresa. O silêncio foi um aviso: talvez ninguém estivesse entendendo bem o que é essa tal de crise. A palavra de Seu Antônio, porém, foi como um fósforo em tigela de álcool:

- É crise, sim, Dona Maria. Mas ela não é isso que eles estão falando. Essa vergonha aí de quebra de banco e de empresas é como a ferida de um corpo cheio de furúnculos: o problema não está na ferida, mas no que levou o corpo a ter furúnculos. Essa quebradeira de bancos e empresas é sinal de que a sociedade em que eles, até agora, mandaram e fizeram funcionar, está mal, doente; e eu acho que é doença mortal. Então, o importante é descobrir qual é a crise verdadeira, aquela que levou a essa quebradeira.



- Me dá um tempo, Antônio, para eu fazer uma pergunta. O que você quer dizer quando fala que existe crise? O que significa a palavra crise?



Seu Antônio é gente fina e de fala mansa. Por isso, ficou matutando, sem responder apressado. E aí Francisca saiu na frente. Mente atenta, idéias claras, vontade de compreender e mudar a realidade, falou:



- Vou entrar na conversa, Seu Alípio, e acho que tio Antônio vai gostar. Pois eu aprendi que os chineses usam a palavra crise para falar de duas coisas: por um lado, é risco; por outro, é possibilidade. Isto quer dizer que quando uma pessoa ou uma sociedade entra em crise, corre o risco de quebrar, de voltar atrás, de piorar; mas se a crise servir para aprender, pode ser início de algo novo e melhor.

- Ótimo, Francisca, é isso mesmo. E é por isso que a gente precisa ir fundo, descobrir de onde vem a crise; só assim ela será oportunidade. Pois como estava dizendo, pra mim o que a gente vê aqui por cima e aparece na televisão é um dos sinais de uma crise muito mais profunda. Ela está no próprio capitalismo, no tipo de sociedade e de vida humana que ele criou. Ele levou as pessoas a pensarem que deviam concorrer umas com as outras para produzir progresso, cada uma procurando seu interesse, seu lucro, seu poder. E para tornar possível e favorecer essa briga geral, criaram a lei da propriedade privada e outro tipo de Estado para defendê-la. Aos poucos, a Terra e tudo o mais foi virando mercadoria: coisa que alguém produz/compra/vende para tirar vantagem, lucro. Até o trabalho, as idéias, os conhecimentos, as tecnologias, viraram



mercadorias. Com a descoberta do petróleo e, depois, com a tecnologia da informática, a produção e consumo de mercadorias tomou velocidade e se espalhou por todo o Planeta. E a maioria das pessoas engoliu a promessa de que um progresso sem fim era possível e verdadeira. Só que, para isso, a maior parte das florestas foi derrubada, rios, lagos e mares foram poluídos, e aumentou muito a emissão de gases na atmosfera; isso provocou, nos últimos cinquenta anos, aquecimento crescente da Terra e mudanças climáticas. Isso é como a febre, provocada por uma infecção: o aquecimento, as mudanças climáticas que ele provoca, a falta de segurança e soberania alimentar, o aumento do empobrecimento de pessoas e povos, o desemprego e a desvalorização do trabalho, são todos sinais da mesma crise profunda em que a humanidade está metida.

- Deixe ver se estou compreendendo, Antônio: pra você a causa da bagunça financeira, do aquecimento, das mudanças climáticas e outras crises sociais está no jeito humano de pensar, apropriar-se, utilizar, produzir, consumir, promovido pelo capitalismo. É isso?



- Penso assim mesmo, Dona Anastácia. É por isso que um estudioso escreveu que em vinte ou trinta anos a humanidade estará diferente.¹ Para ele, o capitalismo que reinou até agora e criou a civilização do enriquecimento privado e do consumismo não existirá mais. O que virá em seu lugar pode ser melhor ou pior, dependendo de quem vencer a batalha que já começou. De um lado estão os que têm o “espírito de Davos”¹: os capitalistas, que não querem perder seus lucros,

¹ Immanuel Vallerstein, em www.unisinos.br/ihu 28/3/2009.



privilégios e poderes, os que teimam em manter o consumismo, mesmo se isso leva à morte mais da metade da humanidade por causa das mudanças climáticas. No outro, estão os movimentos sociais e outras forças políticas que, com o “espírito do Fórum Social Mundial”, vão construindo um outro mundo, muito diferente, fundado na cooperação solidária entre povos, culturas, espiritualidades e religiões diferentes, e em relações de cuidado e cooperação com a Terra, reconhecida e celebrada como Pachamama, Mãe da Vida.



- Épa, agora comecei a gostar desse papo de crise, falou Dona Maria. A crise real é a civilização criada pelo capitalismo; a crise financeira, bem como a crise social, política, ecológica, alimentar, são conseqüências daquela. Entendendo desse jeito, toda pessoa pode agir para sair da crise da sociedade capitalista, construindo

outro tipo de sociedade, outro tipo de civilização, outro modo de convivermos entre nós e com o ambiente da vida. A saída, então, não está no rumo seguido pelos governos que estão socorrendo bancos e empresas; isso mostra só que eles estão do lado das empresas capitalistas, e torcem para que a mesma bagunça volte a funcionar. As grandes empresas de televisão, jornais e rádios também estão no mesmo lado, e falam de crise de um jeito que procura levar as pessoas a ficarem com pena dos banqueiros e empresários que estão quebrando e, pior, a apoiarem as medidas dos governantes em favor deles. É isso? Que safadeza!

O diálogo entre os vizinhos amigos tomou outro rumo, já que precisavam combinar uma ação em conjunto.

*Mas, e vocês, o que acharam do bate-papo?
O que tem a dizer da crise? Concorda que a crise real é a da sociedade capitalista? Por quê? E para que a crise seja oportunidade, o que está sendo feito e o que se deverá fazer?*



1.2 Quem vai pagar a conta?

Amigos de estudo, cerveja e futebol, costumavam também trocar ideias sobre a realidade; depois de alguns copos, o debate esquentava. Dessa vez, foi Lilico que provocou o assunto:



- Os números dessa tal crise assustam. Anotei alguns: enquanto o PIB mundial em 2007 foi de quase 55 trilhões de dólares, havia direitos no sistema financeiro de quase 600 trilhões de dólares – e isso quer dizer que para cada dólar ligado à economia real havia perto de 12 dólares em papéis de aposta de juros futuros, de economia virtual, ligada à especulação; por isso, com a crise, já teriam sido torrados mais de 16 trilhões de dólares só na sociedade estadunidense². Governos do G20 já estão perto de destinar 5 trilhões de dólares³ aos bancos e empresas, passando a ideia de que isso ajudará a enfrentar a crise.

- Pois é, emendou Josué, estão “comprando” títulos podres ou tóxicos dos bancos, emitidos na ânsia de lucros cada vez maiores, e dizem que estão tentando recuperar sua saúde e fazê-los voltar a conceder créditos às empresas e aos consumidores.



² Dados do Instituto de Finanças Internacionais (IIF, em inglês), publicados na Folha de São Paulo, 8/03/2009 – *Folha Online*.

³ Lourival Sant’Anna, no jornal O Estado de S. Paulo, 03-04-2009.





- Pelo que escuto, falou Anselmo, está na rua o sentimento de que é muito o dinheiro repassado a quem não administrou bem o que tinha, ou ficou inventando e vendendo títulos e mais títulos com valor futuro, e isso não parece nada justo. Mesmo que fosse só um trilhão, já seria bom colocar as barbas de molho. De onde vem essa dinheirama toda? E quem pagará a conta desses “empréstimos”?

- E pra complicar um pouco nosso papo, quem é que consegue imaginar o que é um bilhão e, melhor, um trilhão de dólares? Eu não faço a mínima ideia, declarou Lilico.



- Vamos fazer umas contas?, sugeriu Osmar, que todos consideravam o mais bem informado do grupo. Fazer contas, mas ligando os números com a realidade da vida. Imaginemos que uma casa custa cem mil reais. Quantas casas iguais a essa poderiam ser construídas com um bilhão ou um trilhão de dólares?

Cada dólar está valendo mais ou menos R\$ 2,20; cada casa custaria, por isso, pouco mais de 45 mil dólares. Com um milhão de dólares, então, daria para construir pouco mais do que 22 casas, certo? É bom vocês checarem as contas. Com um bilhão, se estou calculando bem, seria possível construir 22 mil casas. com um trilhão, quantas? É fácil: basta acrescentar mais três zeros. Serão 22 milhões de casas.

- É muita casa, pessoal!, exclamou Dé, até aquele momento em silêncio. Pra fazer uma ideia, quantas casas tem a cidade de Goiânia?

- Mesmo não sabendo o número exato, podemos imaginar que sejam perto de 200 mil casas e apartamentos, respondeu Osmar. E se for assim, quantas cidades como Goiânia poderiam ser construídas com um trilhão de dólares? Agora, conta de dividir: 22 milhões por 200 mil.



Depois de algumas gozações e diversos exercícios de matemática, a notícia: seria possível construir 110 cidades iguais a ela!



- Imaginem, então, o que se poderia fazer para gerar oportunidades de trabalho, para enfrentar a fome e a miséria, para construir cisternas caseiras nas regiões semi-áridas, para construir escolas, hospitais, fazer saneamento nas cidades e outras melhorias para a vida de todo mundo, refletiu Lílico, de todos o mais ligado em questões sociais, talvez por causa de seus pais, com longo tempo de trabalho em educação popular e na luta pelos direitos dos empobrecidos.

- Diante disso, não dá raiva quando se vê que os Sem-Teto são reprimidos por exigir seu direito constitucional de moradia?, perguntou Dé. E mais ainda quando se ouve as desconversas dos governantes: *bem que a gente desejaria garantir o direito de todos, mas não há recursos para isso*. Como não há recursos? É para os pobres que não há recursos! Como foi que encontraram com tanta facilidade esse dinheiro todo para os banqueiros e empresas que fizeram apostas erradas ou arriscadas demais, sempre ambiciosos por mais lucros?!



- Parece misterioso, mas de alguma toca ele está sendo tirado, raciocinou Osmar. E de uma toca de onde não se tira para garantir os direitos e o bem-viver de todas as pessoas. Trata-se de recursos públicos, do Orçamento ou de novos títulos de dívida pública, que alguém deverá pagar; de toda forma, são recursos que pertencem a todos e que deveriam ser usados em favor de todos. Ao socorrer, e com bilhões e trilhões empresas e bancos, os governantes tentam passar a ideia de que são usados em favor de todos, já que bancos e empresas, uma vez recuperados, garantiriam crédito e empregos ao povo.





- Mentira!, afirmou Lilico. Eles empregam ou jogam no desemprego em função de seus lucros, e quando os bancos adiantam créditos, é para que sejam consumidos os produtos das empresas, gerando mais lucros e juros. Ou pior ainda, como está acontecendo no Brasil, preferem usar o recurso público na compra de novos títulos públicos, ganhando os juros mais altos do Planeta. Foi essa ganância e seu orgulho de achar que sabiam tudo que os levou à bancarrota. E os governantes estão apostando neles?

- A verdade é que sempre apostaram tudo contra o que é público, exigindo vantagens, pagando menos impostos, difamando os governos, resumiu Osmar. Seu desejo sempre foi o de abocanhar os serviços públicos, tornando-os privados, novas fontes para seus lucros. Assim mesmo, os governos não os abandonam. Na hora dos lucros, tudo é deles; na hora dos prejuízos, que sejam pagos pelos outros, pelo público. É isso mesmo: os recursos que os governos estão passando aos empresários são recursos públicos, destinados à garantia de bem-estar de todos – se é que valem alguma coisa as palavras democracia e república.



- Quem pagará a conta, então?, perguntou Josué, para logo apresentar sua resposta: não há dúvida possível: a começar pelos mais empobrecidos, nessas sociedades da livre iniciativa que produz riqueza privada concentrada ao lado da miséria social profunda, a conta será paga por toda a sociedade; pelos contribuintes, como se costuma dizer.

- Vocês viram as mobilizações mundiais dos trabalhadores?, perguntou Lilico. Elas indicam que eles sabem disso e estão decididos a



não aceitar essa cobrança. *Não cobrem de nós uma dívida que não é nossa!*, gritam em todos os lugares. Na França, já foram seqüestrados pelos empregados diversos administradores de grandes empresas, exigindo manter o emprego e os salários. No Brasil, no dia 30 de março aconteceram manifestações contra a transferência da conta para os pobres em diversos estados; e já está sendo organizada uma paralização geral dos trabalhadores, prevista para o início de junho. Mas o grito deverá ser muito forte para ser vitorioso. No curto prazo, forçando os governos a garantir os recursos necessários para que as pessoas vivam. No médio prazo, a vitória mais profunda virá quando o próprio sistema capitalista não for mais a regra da convivência social. Uma vitória com capitalismo significará aumento constante de consumo, e por isso, de produção e, portanto, de desgaste da natureza e de contaminação da atmosfera terrestre; seria uma vitória inútil, pois se daria num desastre ecológico que provocará grandes desastres sociais. Só interessa, então, uma vitória popular contra o capitalismo, em favor de outro modo de produzir e de consumir, assentado em valores e não em lucros, voltado para o bem-viver de todas as pessoas e da Terra.



- Com essa do Lilico, acho que podemos encerrar o bate-papo dessa noite, falou Dé, lembrando que no dia seguinte as aulas começariam cedo...

E você, amiga e amigo leitor, o que acha desse debate dos jovens? Concorda com eles? O que acha que se deve fazer logo, no curto prazo? E o que se deverá fazer para ir derrotando a causa maior das crises, o sistema capitalista?



II. As ameaças aos Direitos Sociais no Brasil

Um grupo de professores tinha o costume de estudar temas desafiadores da realidade. Combinaram, dessa vez, estudar a relação entre a crise econômica mundial, e por isso também brasileira, e os direitos sociais. Cada um devia apresentar uma parte do roteiro desenhado por todos no primeiro debate. Vejamos o resultado.



2.1 Enfrentamento conservador da crise

Para os empresários, vale tudo para sair da crise sem que sejam cobradas as suas responsabilidades. Já está claro que o socorro do Estado é uma forma de dizer que a responsabilidade seria dos outros, da sociedade, dos contribuintes; por isso, caberia a esses pagar a conta. E quando os empresários tomam iniciativas diretas, todas jogam o peso sobre os ombros dos trabalhadores.

Segundo estudo da Fundação Getúlio Vargas, referido por Marcelo Néri, somando-se as pessoas que saíram das “classes A, B e C” no mês de janeiro de 2009, chega-se ao número de 765 mil, e esse é exatamente o número das que entraram nas “classes D e E”, as de mais baixa renda. Esse número refere-se ao que aconteceu nas seis regiões metropolitanas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Salvador e Recife; a quantos “migrantes para a baixa renda” se chegaria se o levantamento cobrisse todo o país?⁴

Em outras palavras, para todas estas pessoas a crise significou aumento do empobrecimento. É fruto do crescente desemprego, da queda da renda do trabalho e do aumento do trabalho informal.



Qual o motivo para isso? Para as “leis do mercado”, isso seria normal: havendo diminuição de procura, não há justificativa para manter a produção e, por isso, para manter os empregos. A saída, segundo eles, está numa dessas alternativas: fim do emprego ou redução das horas trabalhadas e do salário. As duas significam empobrecimento, e com agravante: o aumento da dificuldade de encontrar novo trabalho ou emprego remunerado.

Na outra ponta, como os bancos privados nacionais e estrangeiros não confiam nos credores, as empresas dependem de crédito liberado por bancos e programas públicos. Como no resto do mundo, o governo brasileiro também tomou medidas para disponibilizar esse tipo de crédito. Só o BNDS tem em carteira mais de 100 bilhões de reais para isso, sendo que a maior parte vem do Tesouro e são recursos dos trabalhadores, do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT. E fez mais, nosso governo: dispensou pagamento de impostos, negociou dívidas com descontos... Chegou ao ponto de prometer algo em torno de 10 bilhões de dólares como sua nova contribuição ao FMI, transferindo, para isso, parte dos créditos internacionais do país... Se pode para o FMI, por que não se usou e usa desse recurso também para as políticas sociais?

Mais uma vez, contudo, essas medidas governamentais têm um custo: a diminuição de recursos para as políticas sociais. É com menor qualidade de vida, com políticas e programas sociais de menor qualidade, com perda ou descuido de direitos sociais que a população paga os custos da crise que outros criaram.

Por último, mesmo os recursos públicos aplicados na geração de empregos privilegiam as empresas, não os trabalhadores. O programa de construção de um milhão de casas, por exemplo, por que não foi aberto para cooperativas dos próprios sem-teto e de desempregados que têm casa, pagando bem pelo trabalho e diminuindo os custos de construção? Nada disso! Os maiores ou quase únicos beneficiários serão os empresários. Tudo leva a concluir: o que se fez até agora é mais do mesmo; e se é do mesmo, será garantia de saída, de solução?

⁴ O Estado de S. Paulo, 05-04-2009.





2.2 Riscos para os direitos sociais

O Brasil tem sido lembrado como exemplo de políticas estatais de proteção e garantia de direitos sociais básicos. Por exemplo, todas as pessoas têm direito à saúde, como têm direito à assistência quando se encontram em comprovada indigência. Sabe-se, porém, que há carência de locais e de pessoal para garantir boa qualidade aos serviços públicos. Isso se deve à falta de prioridade na definição do uso do Orçamento, uma vez que a Constituição exige cobertura total do Orçamento da Seguridade Social, que garante os direitos básicos à saúde, à assistência social e à previdência. Deve-se igualmente às pressões de outros setores, favoráveis a obras públicas de interesse de empresas, e favoráveis à privatização do uso dos recursos e das políticas públicas.

Os direitos sociais estão sob ameaça desde sempre, no Brasil. Mas, a partir de 1988, quando da aprovação da Constituição, os ataques são permanentes. Os avanços constitucionais no reconhecimento e garantia dos direitos sociais básicos foram obra da sociedade, em articulação com a minoria dos membros do “congresso constituinte”. Movimentos sociais apresentaram propostas, lutaram por elas com intensas mobilizações cidadãs. Pelo que se viu depois, os setores derrotados e parte dos que votaram a favor no Congresso Constituinte não queriam, na verdade, que fossem efetivadas políticas públicas que tirassem do papel os direitos reconhecidos. Isso foi comprovado nas propostas de Emendas Constitucionais, muitas delas tendo como objetivo mudanças que diminuem ou retiram direitos sociais.



Agora mesmo, está em andamento a PEC da Reforma Tributária. Ela não assume o espírito da Constituição no que se refere à Justiça Tributária, e cria condições favoráveis aos setores que querem retirar direitos sociais básicos. No Artigo 195 da Constituição estão previstas as fontes de recursos que garantem os direitos à Saúde, Previdência e Assistência Social que constituem a Seguridade Social: os Orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e as contribuições sociais criadas para essa finalidade. São, portanto, direitos que o Estado, em nome da sociedade, deve garantir; deve, então, contar com os recursos necessários, e para isso pode criar novas contribuições ou cobrir com recursos do Tesouro Nacional. E é importante ter presente que no mesmo Artigo está claro que a Seguridade Social deve obedecer ao objetivo da *universalidade da cobertura e do atendimento*.

Pela Proposta de Emenda Constitucional as contribuições criadas para cobrir o orçamento da Seguridade Social serão incorporadas ao Imposto sobre o Valor Agregado (IVA), e com isso, lá se vai o que, até hoje, é fonte constitucional de seu orçamento. O que se propõe é definir um teto dos recursos orçamentários destinados à Seguridade Social. Com isso, acaba o orçamento próprio da Seguridade, e os recursos que faltarem deverão ser conquistados ano a ano no processo de aprovação dos orçamentos públicos. Se faltarem recursos, como se pode prever, os direitos sociais básicos estarão ameaçados. Como se nota, essa PEC acaba com a letra e o espírito da Constituição.

É bom lembrar que, nesse tempo de crise, os direitos sociais já estão ameaçados pela forma conservadora da ação do governo. Se a PEC da Reforma Tributária for aprovada, aí é que não haverá recursos para garantir os direitos das pessoas em risco social por causa da idade avançada, invalidez, morte do cônjuge, desemprego involuntário, maternidade, acidente de trabalho, reclusão e doença. ⁵

⁵ Para mais informações sobre isso, ver a Cartilha "Todos os direitos para todas as pessoas – Como acessar direitos", publicado pelo Programa Justiça Econômica – www.direitosociais.org.br





2.3 Reforma agrária: avanços ou recuos?

Nos debates sobre a crise mundial, um estudioso lembrou que países como o Brasil têm uma vantagem em relação à maioria: ainda dispõem de terra para que desempregados urbanos possam transferir-se para o trabalho no campo.⁶ É verdade. Mas quem é que faz o governo perceber e convencer-se disso? Até o momento, essa possibilidade não aparece entre as iniciativas para enfrentar a crise, favorecidas com novos recursos públicos. Mesmo na resposta do ministro Guilherme Cassel, do Desenvolvimento Agrário, ao professor Zander Navarro, que destilou uma série de substantivos e adjetivos moralistas para condenar qualquer tipo de reforma agrária e justificar como sagrados o agronegócio e as novas tecnologias, nada disse sobre essa vantagem comparativa do Brasil.⁷

De fato, uma política pública de reforma agrária e de política agrícola favorável e adequada à produção camponesa familiar, reforçaria quem realmente produz os alimentos do povo brasileiro e criaria milhões de oportunidades estáveis de trabalho e renda. Seria necessário, porém, que os assentamentos fossem feitos em terras já desmatadas, improdutivas e que não cumprem a função social exigida pela Constituição, evitando avanços sobre a floresta amazônica e o que resta da cobertura vegetal dos demais biomas. Seria necessário mudar a prioridade concedida ao agronegócio, deixando de apoiar monoculturas

⁶ Waldem Bello, em entrevista ao IHU, 5/4/2009 – www.unisinos.br/ihu

⁷ *Folha de S. Paulo*, 30-03-2009 – em www.unisinos.br/ihu 6/4/2009



com sementes produzidas em laboratório e insumos químicos poluentes do solo e da atmosfera, geradores de aquecimento do Planeta. Seria necessário apoiar a produção agroecológica adequada a cada bioma, que faz bem à saúde humana e da Terra, e favorecer o consumo local e regional, evitando o máximo possível de gastos em transporte, outro fator que agrava o aquecimento global.

Será a crise uma oportunidade para reforçar as lutas sociais pela reforma agrária? Ou, mais uma vez, serão cortados os poucos recursos destinados a essa política? Até o momento, as medidas oficiais indicam que ela está mais ameaçada do que já é normal. Haverá menos recursos e a aposta de enfrentamento da crise se apóia na ação das empresas.

Com isso, perde-se a oportunidade de avançar na efetivação do direito popular à terra de trabalho, tirando do desemprego e da informalidade milhões de trabalhadores. E continua-se dando força às vozes conservadoras que atuam na imprensa, no judiciário, no ministério público, nas associações empresariais, nas universidades, todas resistentes a fazer autocrítica sobre quanto suas apostas foram e continuam responsáveis pela crise enfrentada pela humanidade.

2.4 Promovidos ao direito à miséria?

A contradição entre o econômico e o social marca a história humana, e especialmente a história dos últimos séculos. Tempos houve em que, depois de provocada a migração do campo para as cidades sem garantia de emprego, os desocupados eram acusados pelo crime da preguiça e só eram socorridos pela caridade religiosa; mas, ao mesmo tempo, serviam como “massa sobranete”, útil para arrochar os salários, isto é, para aumentar a mais-valia retida pelos proprietários capitalistas. Derrotado o socialismo real, em que todos trabalhavam em favor de todos, mas favoreciam os que controlavam a máquina estatal e os próprios trabalhadores, cresceu a proposta de privatização geral dos serviços públicos. Para esses ultraliberais, até mesmo os presídios, em





que são recolhidos basicamente os pobres que teimam em buscar algo para sobreviver, podem ser empresas que geram lucro. O único setor que não os interessa é o dos miseráveis que continuam andando livremente nas ruas, bairros, ruas, praças. Quem cuidará deles? Devem ser cuidados, ou isso os viciaria, não os levando a procurar oportunidades de venda de sua força de trabalho?

Nesse tempo de crise das sociedades capitalistas, volta a dúvida: os desocupados, os reduzidos à miséria, são portadores de direitos sociais? O pretexto da falta de recursos públicos servirá para retirar direitos já reconhecidos e até agora garantidos?

A mobilização, e com ações cada vez mais radicais, de trabalhadores sindicalizados europeus procura antecipar-se às decisões políticas favoráveis às propostas neoliberais. O mesmo neoliberalismo que levou à crise exige, agora, que o Estado socorra os bancos e as empresas sem estatizá-las e que, para isso, sejam reduzidos ou cortados direitos sociais concedidos em excesso, segundo eles, no tempo de vacas gordas. Trata-se, então, de defender direitos conquistados, evitando que a miséria seja o destino de um número cada vez maior de famílias de trabalhadores/as.

Volta, por isso, a pergunta: miseráveis têm direitos? Na visão neoliberal, não; para eles, devem existir apenas *políticas compensatórias*, temporárias. Pela Constituição, há casos em que,



comprovada a situação de indigência, o Estado deve prestar serviços de Assistência Social temporários ou permanentes. Se prevalecer a estratégia conservadora de enfrentamento da crise, pode estar sendo criada a situação em que muitas pessoas só terão “direito à miséria”. Isto é, terão o direito de continuar vivos nas condições em que individualmente conseguirem manter-se, e bem comportadas, em nada ferindo a propriedade dos outros.

Sabe-se que tipo de segurança e estabilidade social isso cria. Para alcançar uma sociedade assentada sobre a justiça e o direito igual à vida, não seria melhor estabelecer um “salário básico” para todas as pessoas, um recurso que garanta uma base mínima de vida digna? Essa deveria ser uma das metas de uma política de justiça tributária: com contribuição maior dos que ganham mais e possuem maior riqueza, e contribuição proporcionalmente menor do que ganham menos, tornar possível uma política de distribuição de riqueza e renda em favor do bem-viver de todas as pessoas.

Para refletir: Por que os direitos sociais estão ameaçados pelo enfrentamento conservador da crise econômica e financeira? Com que metas se deve enfrentar a crise no curto prazo? E qual a saída para a crise no médio prazo?



SUAS ANOTAÇÕES



III. Direitos Sociais no Projeto Popular de Brasil

É sempre bom lembrar em quê e como o movimento popular conseguiu avançar no rumo de ter um projeto próprio de Brasil. Foi sobre isso que o grupo de um bairro que trabalha para organizar a Assembleia Popular local decidiu refletir. Acompanhemos o diálogo.



- Faz bem a gente lembrar daquela grande Assembleia Popular acontecida em Brasília, em outubro de 2005. Mais de oito mil pessoas de todas as regiões, de muitos movimentos sociais diferentes, deram um passo muito importante:

examinaram o texto que juntava o que haviam discutido e proposto os participantes de muitas Semanas Sociais e Assembléias Populares, e deram novas contribuições para a construção de um primeiro desenho de Projeto Popular de Brasil; o resultado está no livro *O Brasil que Queremos*.





- Pois é, e é bom lembrar que se aprovou pensar o Brasil de dois jeitos: o primeiro, mais comum, definindo as políticas que deveriam ser implementadas em todo o país; e o segundo, novo e desafiador, abrindo caminho para pensar essas políticas a partir de cada um dos diferentes biomas; isto é: se deveria pensar a unidade brasileira a partir dos berços de vida diferentes. Hoje já se fala de biomas com facilidade, mas na época essa palavra era estranha.

- Mas foi muito bom porque isso ajudou a firmar a decisão de que o Brasil que Queremos tem que ser desenhado, construído, governado pelo povo que vive nesses diferentes biomas. Com isso, se afirmou que é preciso organizar a participação popular em cada localidade, em cada bioma, em cada região; só assim a Assembleia Popular poderia voltar a reunir-se com força, tendo raízes lá onde o povo vive.



- Com o que se fez de 2005 até agora, certamente o projeto do Brasil que Queremos já está mais rico, contando com a colaboração de muito mais gente que se reúne nas muitas Assembleias Populares existentes. O que nos cabe, hoje, é trocar idéias sobre como queremos que os direitos sociais básicos estejam presentes no Projeto Popular do Brasil que Queremos.



- Minha sugestão é a seguinte: que a gente veja com clareza quais são os direitos sociais básicos para, a partir daí, organizar grupos de estudo, que apresentarão suas sugestões de forma organizada. O que acham?



- Boa ideia! Desse jeito, todos trabalhamos e podemos chegar a um produto de melhor qualidade.





- Se estamos de acordo, podemos buscar na Constituição a lista desses direitos. No capítulo sobre os direitos individuais e coletivos, o Artigo 6º, completado com as emendas constitucionais que o modificaram, define que os direitos sociais são: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, a habitação e a segurança alimentar. E o Artigo 3º define que, por meio da garantia dos direitos sociais, busca-se construir uma sociedade livre, justa e solidária; erradicar a pobreza e a marginalização; reduzir as desigualdades sociais e regionais; e promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer formas de discriminação.

- Coisa bonita de se ouvir! E desafio imenso para colocar tudo isso em prática. Examinando o texto *O Brasil que Queremos*, dá pra ver que se começou a construir propostas sobre os seguintes direitos sociais:

trabalho, educação e saúde. Quase não se falou do lazer, da segurança, da previdência social, da proteção à maternidade e à infância, da assistência aos desamparados, da habitação e da segurança alimentar. Vejam só: dos direitos garantidos na Seguridade Social – saúde, previdência e assistência social – só a saúde contou com algumas propostas.



- Mas tem uma coisa que a gente não pode esquecer. De 2005 pra cá, muita coisa mudou, e o Projeto Popular de Brasil precisa ter presentes os novos desafios. Nossa tarefa será ver como os direitos sociais entram nesse Projeto, mas tendo presente a crise da sociedade capitalista, que toma forma nas mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global, na insegurança alimentar e social, na falta de ética, na quebradeira econômica e financeira, no descrédito da política institucional... Nosso Projeto precisa assumir o desafio urgente da



construção de uma nova civilização. Ao falar de desenvolvimento, por exemplo, será preciso pensar de um modo totalmente diferente do caminho que está levando a Terra a um desequilíbrio que coloca em risco a própria vida nela.



- Ótimo. Vamos, então, organizar os grupos. Noutro encontro colocaremos em comum o que cada grupo conseguiu elaborar, certo?

O que segue, agora, já é o resultado dos diálogos provocados pelo que foi proposto pelos grupos, e algumas das propostas foram escritas a partir do que estava presente no trabalho de todos. E assim mesmo, ficou claro para todos que isso tudo deveria ser enriquecido e redefinido a partir dos biomas...

3.1 Direito de decidir

Para que os direitos sociais sejam garantidos para todos é preciso que, antes, e como condição para isso, todos conquistem o poder de decidir. O poder popular é a única fonte democratizadora das instituições do Estado, e é a única garantia de que os governos sejam democráticos. Quem faz que os governantes e o Estado estejam a serviço da sociedade, dos direitos de todas as pessoas, é a cidadania com poder de eleger e de revogar o poder concedido; com poder de eleger e revogar o mandato dos legisladores; com poder de participar na definição, na execução e na avaliação das políticas públicas; com poder de definir em favor de quem e de quem devem ser destinados os recursos públicos, os Orçamentos; com poder de, se necessário, redefinir os fundamentos da Constituição política do Estado, ou de modificar partes da “lei das leis”; com poder de definir que tipo de economia é melhor para a vida do povo...

Em poucas palavras, para que a sociedade brasileira seja obra comum dos brasileiros e brasileiras é preciso exigir, e no curto prazo, que a regulamentação do artigo 14 da Constituição libere a cidadania



para propor livremente e participar de plebiscitos e referendos sobre o que interessa a todos, e para apresentar diretamente propostas populares de lei; esse passo devolverá a quem de direito o poder soberano, até hoje usurpado pelo Congresso, pelo Executivo e também pelo Judiciário. É bom lembrar que a Constituição e sua aprovação foi feita por pessoas que legislaram em causa própria, de modo especial quando reservaram para si o poder de decidir sobre a realização de plebiscitos e referendos; a regulamentação do artigo 14 feita em 1998, ao reservar para o Congresso a decisão e a implementação de plebiscitos e referendos, indica que os sucessivos congressistas preferiram e continuam mantendo essa concentração exagerada de poder.

3.2 A vida no centro de tudo

A profunda crise que atinge a civilização comandada pelo capitalismo, e que se manifesta por meio de muitos sinais, de modo especial nas mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global e na globalização e aprofundamento da miséria, deve servir de argumento para uma mudança radical de caminho: no lugar de o capital, a exploração do trabalho e da natureza e o lucro privado ocuparem o centro das iniciativas particulares e das políticas governamentais, tudo deverá ter como centro a vida. Tudo deve ser pensado e realizado em favor da vida: a vida de todos os seres humanos, de toda a biodiversidade da Terra, a vida da geração atual e das futuras gerações.



No curto prazo, isso significa exigir que os recursos públicos não continuem sendo destinados aos capitalistas – banqueiros, empresários de indústria, agronegócio e comércio -, que são os responsáveis pela crise; fazer mais do mesmo é apostar no aprofundamento da crise, que pode levar a Terra a não conseguir manter toda a vida. E exigir que, pelo contrário, sejam destinados ao apoio e criação de iniciativas que favoreçam os trabalhadores, pois eles, de forma injusta, estão sofrendo consequências da crise que não provocaram.



Que sejam aplicados, por exemplo, num processo imediato de reforma agrária popular: que democratize e acesso à terra, crie trabalho e vida de qualidade no campo, produza alimentos de melhor qualidade e em maior quantidade, cuide melhor da natureza e diminua a migração para as periferias das cidades. Que, para isso, esses recursos públicos tornem possível a criação de cooperativas agroindustriais nos assentamentos, de escolas e centros de saúde e lazer do campo, dê maior importância ao mercado interno, à segurança e soberania alimentar.

Outro exemplo: em vez de tocar o projeto de 1 milhão de moradias por meio de empresas, que têm como objetivo único o lucro, favorecer, em parceria com movimentos sociais, entidades da sociedade civil e pastorais sociais, a organização de milhares de cooperativas de construção de casas populares, multiplicando oportunidades de trabalho, e de treinamento para trabalhos especializados, envolvendo as famílias que terão seu direito à moradia realizado. E juntar a esse processo a alfabetização dos que ainda estiverem com essa limitação, bem como a capacitação para organizar iniciativas de economia solidária, garantindo trabalho e renda depois que as casas estiverem construídas.

3.3 Direito à Assistência e à Previdência

No médio prazo, o Projeto Popular de Brasil tem como meta que ninguém viva na miséria e na pobreza extrema; que, ao contrário, todas as pessoas, famílias e povos tenham condições de bem-viver, com simplicidade e qualidade, com os frutos de seu trabalho, autônomo ou assalariado, individual ou coletivo.

De imediato, porém, ele se propõe garantir que sejam universalizados os direitos já reconhecidos na Constituição, e que fazem parte da Seguridade Social. São direitos a um “mínimo vital”, isto é: que garantam sobrevivência nas situações em que a pessoa, por diferentes motivos, não conta com a renda necessária para isso. São os direitos cobertos pela Saúde, Assistência Social e pela Previdência Pública. Como mais de 40 por cento dos trabalhadores não têm garantidos os





direitos temporários ou permanentes à Previdência, muitas pessoas dependem da prova de que estão na miséria para receberem o apoio da Assistência Social. Por isso, a prioridade está centrada na meta de que a Previdência seja direito de todos os trabalhadores; na realidade, que

ela se torne a garantia de um recurso básico ligado à vida para todas as pessoas. Enquanto se vai alcançando isso – através da luta, por exemplo, contra o projeto de Reforma Tributária em tramitação no Congresso -, a luta tem como objetivo melhorar a qualidade da Assistência Social e da Saúde, que já é um direito universal, dependendo apenas de documento de identificação.

Na prática da Assistência, que o socorro não aprofunde a marginalização; que, ao contrário, esteja ligada a programas de alfabetização, de treinamento para trabalhos e para a organização de iniciativas de economia solidária, de consciência e prática da cidadania. E na Saúde, que não se limite ao socorro na hora das doenças, mas centre o trabalho na promoção da saúde, valorizando os conhecimentos e práticas de saúde alternativas, a qualidade da alimentação, a boa convivência social, o lazer, a cultura, o cuidado da água e de toda a vida existente na natureza...

3.4 Direito à Segurança

De que adianta anunciar que as pessoas têm direitos, se o medo toma conta e domina a vida? A qualidade da vida das pessoas e da convivência entre elas e com a Mãe Terra é a grande meta do Projeto Popular de Brasil. Como tudo mais, também isso deve ser definido com a participação popular. É por isso que o desafio e a tarefa das Assembleias Populares, nos diferentes âmbitos, é fazer o desenho do Projeto que as pessoas querem de seu bairro, de sua comunidade rural, de sua região, de seu Estado, de seu bioma, do País e do próprio Mundo; e o centro, o objetivo, do Projeto é a vida.

Quando todas as pessoas têm seus direitos sociais garantidos, a convivência entre elas tende a ser mais tranqüila. Uma das fontes do



medo terá desaparecido. Mesmo assim, com certeza haverá conflitos, e de diferentes tipos, pois as pessoas são diferentes em seu modo de pensar, de sentir, de gostar, e é normal surgirem situações tensas. Por isso, a sociedade que o Projeto Popular propõe é também um aprendizado permanente de superação de conflitos, seja para restabelecer as condições de convivência, seja para melhorar a qualidade da convivência que a superação do conflito possibilita.

De toda maneira, isso significa que a base da Segurança deve ser assumida pela sociedade e ser completada pelo Estado. As chamadas “forças de segurança” deverão atuar junto com as comunidades, acertando com elas as estratégias de ação. Como se



busca uma paz que seja qualidade da convivência social, a Segurança só deverá ser repressiva quando tiverem sido esgotadas as possibilidades de diálogo e acordos. Mesmo assim, se as pessoas forem aprisionadas, a limitação de sua liberdade deverá ser um tempo de reeducação para a convivência social; para isso, deverão ser complementares os cuidados em relação à saúde física e psicológica, à educação e ao trabalho; sempre que possível, trabalhos em favor da comunidade podem ser mais reeducativos do que a separação em presídios.

Essa busca de paz na convivência social tem sua base na justiça, mas é também fruto de trabalhos permanentes de educação para a paz. Nesse sentido, o Judiciário, mais do que simples aplicador da lei, deverá ser um defensor do Direito, que as leis deveriam garantir; deverá ser um educador das sociedades para viverem em paz, aprendendo a superar os conflitos, a corrigir os erros, a reeducar os que agridem o direito das pessoas, dos seres vivos e da Terra. A paz na convivência avançará com a superação do medo, da repressão, do castigo; quando essas práticas forem substituídas pela confiança, pelo estímulo a ser melhor, pelo reconhecimento e reforço a tudo que seja positivo.



Nessa sociedade que ama a paz não haverá lugar para meios de comunicação que lucram com a difusão das agressões à lei, dos escândalos, das violências, das mortes; pelo contrário, os meios de comunicação deverão ser mediadores do direito humano à comunicação, favorecendo a relação entre as pessoas e povos, divulgando a criatividade e a inventividade que favorecem a convivência entre as pessoas e com a Terra, promovendo a educação para a paz.

Nessa sociedade não haverá espaço para a produção e comercialização de armas. O treinamento para o diálogo e para a prática da cidadania com soberania substituirá o treino para o uso de armas. E as fábricas de armamento dedicar-se-ão, na forma cooperativa, a produzir máquinas leves e eficientes para o cultivo de alimentos, facilitando o trabalho sem serem agressivas ao meio ambiente. Dedicar-se-ão a criar novas formas de produzir energia a partir do sol, dos ventos, do movimento normal das águas, sem cortar o ventre da Mãe-Terra, liberando gases tóxicos e poluentes. Dedicar-se-ão a inventar meios de transporte de pessoas e de produtos que usem o mínimo possível de energia, provoquem pouco ruído e não estraguem a atmosfera.

A Segurança será pública, de todos e em favor de todas as pessoas, quando a ética do cuidado tomar o lugar do egoísmo e da dominação e exploração do trabalho, dos demais seres vivos e de toda a Terra. Quando o cuidado for o modo de ser dos humanos a Terra recuperará a capacidade de ser berço favorável a todas as formas de vida. Ela é mãe da vida, e para isso percorreu um longo caminho evolutivo e ainda hoje vive em parto permanente de novas condições para a vida. É por isso que os seres humanos, atendendo aos gritos da Terra, precisam mudar o seu modo de produzir e de consumir, pois ele está provocando aquecimento da atmosfera e muitas mudanças climáticas; tudo deverá ser marcado pelo cuidado, de modo especial no uso de máquinas, indústrias, tecnologias, meios de transporte, para colaborar com a Terra em sua missão de manter e reproduzir a vida.



3.5 Direito de nascer e de ser criança e jovem

A vida humana desejada como fruto do Projeto Popular de Brasil quer manter-se renovada. Por isso, cuidará do direito de nascer e de ser criança e jovem com muito carinho.

O ato de nascer será cuidado como um direito, e não como uma doença; o sistema público de saúde deverá dispor de espaços especiais para essa acolhida aos que dão continuidade à espécie humana, criando condições para que as mães e pais se sintam criadores de vida na sociedade. Mais ainda, a chegada de um novo ser humano deverá ser motivo de celebração social, seja nos espaços religiosos, em que cada pessoa participa livremente, seja nos espaços de convivência social e cultural, comuns a todos os seus membros.



Não haverá motivo para que crianças e jovens trabalhem para manter a vida de sua família; o bem-viver deles estará garantido pelas iniciativas particulares que geram renda e por políticas públicas de direitos sociais. Todos terão garantido o direito à Escola pública, com educação de boa qualidade, que desenvolva os valores que fundamentam a nova sociedade: solidariedade, respeito, sentido do coletivo, partilha, bem comum, valor do trabalho, da arte, do lazer, da cultura, da espiritualidade. E que promova uma educação como prática da liberdade, para que as crianças e jovens cresçam em consciência e em prática da cidadania, participando da construção de comunidades em que a vida seja o centro e o sentido de tudo.

Pra continuar o bate-papo: Quais as relações dos direitos sociais com o projeto popular “O Brasil que Queremos”?

Estão bem formuladas as propostas para completar o projeto popular? O que mais se deveria acrescentar?



Programa Justiça Econômica
Dívida e Direitos Sociais

www.direitosociais.org.br